



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

CONTROLE DE PLENÁRIO

EXPEDIENTE: 03 / 11 /2025

PEDIDO DE VISTA: _____ / _____ /2025

Aprovado ()

Reprovado ()

PEDIDO RETIRADA: _____ / _____ /2025

Aprovado ()

Reprovado ()

PEDIDO DE (RE) INCLUSÃO NA PAUTA: _____ / _____ /2025

DECISÃO PLENÁRIA

VOTAÇÃO: Único: 24 / 11 /2025

Aprovado (X)

Reprovado ()

VOTAÇÃO: Primeiro Turno: _____ / _____ /2025

Aprovado ()

Reprovado ()

VOTAÇÃO: Segundo Turno: _____ / _____ /2025

Aprovado ()

Reprovado ()



Secretário



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ 03.648.540/0001-74

PROJETO DE LEI N.º 54/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

PROTOCOLO GERAL 1331/2025

Data: 03/11/2025 - Horário: 08:44

Legislativo

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR
DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR – CGFMAF E DO FUNDO MUNICIPAL DA
AGRICULTURA FAMILIAR - FMAF DE
DIAMANTINO/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Sr. **Francisco Ferreira Mendes Júnior**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino/MT aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

**DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
– CGFMAF**

Art. 1º Fica criado o Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar – CGFMAF, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo, que terá como finalidade deliberar sobre a aplicação dos recursos, acompanhar a execução das ações financiadas e zelar pela devida prestação de contas do Fundo Municipal da Agricultura Familiar– FMAF.

Parágrafo único. O Conselho vincula-se à estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Compete ao Conselho:

- I** – estabelecer normas, diretrizes e critérios para a gestão e aplicação dos recursos do Fundo;
- II** – analisar e aprovar operações de financiamento, convênios e demais instrumentos que envolvam a utilização dos recursos;
- III** – encaminhar, anualmente, ao Prefeito Municipal, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, com demonstração das receitas e despesas do Fundo;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74

IV – opinar, previamente, sobre programas, projetos e ações relacionados à agricultura familiar e ao meio ambiente, a serem realizados pelo Poder Executivo;

V - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente;

VI - elaborar o seu Regimento Interno; e

VII - outras atividades correlatas.

Art. 3º O Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar – CGFMAF do Município de Diamantino/MT compõe-se-á de 3 (três) membros designados pelo Prefeito Municipal, sendo:

I – o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II – a Secretária Municipal de Administração; e

III – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, escolhido dentre os representantes da sociedade civil.

§1º Para cada titular será indicado o respectivo suplente.

§2º Os membros do conselho terão mandato de 2 (dois) anos, possibilitada a recondução uma vez por igual período.

§3º O preenchimento dos cargos de Presidente e Secretário será realizado, na reunião de instalação, mediante eleição entre os membros do Conselho, conforme dispuser o Regimento Interno.

§4º O exercício do mandato será gratuito e considerado como prestação de relevante serviço público ao Município.

Art. 4º O Conselho elaborará seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua instalação, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para homologação mediante Decreto.

Art. 5º O Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar – CGFMAF se reunirá ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74

Parágrafo único. O conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa, perderá o mandato, devendo o Prefeito Municipal nomear o seu sucessor, procedimento que também será adotado nos casos de renúncia.

DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR– FMAF

Art. 6º Fica criado o Fundo Municipal da Agricultura Familiar– FMAF de Diamantino/MT, que tem como objetivo dinamizar as atividades, ações, programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural sustentável do Município, tendo como público prioritário os Agricultores Familiares, Mini, Pequenos produtores rurais e empreendedores da agroindústria artesanal que desenvolvem suas atividades econômicas na condição de proprietário, meeiro, arrendatário, posseiro, comodatário, assentado ou reassentado de reforma agrária.

§1º Consideram-se Agricultores Familiares, para os fins desta Lei, todos aqueles que se enquadrem na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§2º A gestão do Fundo Municipal da Agricultura Familiar – FMAF será realizada Pelo Conselho Gestor designado nesta Lei, que terá como finalidade deliberar sobre a aplicação dos recursos, acompanhar a execução das ações financiadas e assegurar a devida prestação de contas.

Art. 7º Constituem recursos do Fundo:

- I** - os aprovados em lei municipal e constantes do orçamento;
- II** - os auxílios e subvenções específicos, concedidos por órgãos públicos federais, estaduais e por entidades privadas;
- III** - os auxílios resultantes da celebração de convênio ou termo de cooperação entre o Município e o poder público ou as entidades privadas, nacionais ou internacionais, sob a forma de doação;
- IV** - receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;
- V** - os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades;
- VI** – Multas ou taxas de registro do Serviço de Inspeção Municipal – SIM;
- VII** – Recursos recebidos por meio da modalidade “fundo a fundo”, provenientes da União, do Estado ou de outros fundos públicos; e
- VIII** – Outras receitas eventuais.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ 03.648.540/0001-74

Parágrafo único. Os recursos do Fundo destinar-se-ão exclusivamente ao financiamento dos objetivos previstos nesta Lei.

Art. 8º Compete ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente gerir o Fundo, sob orientação e controle do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar – CGFMAF.

§1º O órgão ao qual estiver vinculado o Fundo fornecerá todos os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos do Fundo.

§2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS também poderá ser consultado em casos de necessidade.

Art. 9º Os recursos do Fundo serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – Aquisição de equipamentos, materiais e instrumentos necessários à execução da política municipal de desenvolvimento rural sustentável;

II – Contratação de serviços de terceiros para execução de planos, programas e projetos de sustentabilidade econômica e ambiental;

III – Pagamento de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos ou privados;

IV – Financiamento de planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não governamentais, destinados ao desenvolvimento de pesquisas de interesse agropecuário, treinamento e capacitação de recursos humanos, bem como ao fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar, Mini e Pequenos Produtores Rurais e empreendedores da agroindústria artesanal;

V – Aquisição de veículos, necessários às atividades de assistência técnica.

VI – Aquisição de maquinários e implementos destinados à Patrulha Mecanizada, utilizados em apoio ao desenvolvimento de atividades agrícolas e à implantação de infraestrutura rural;

VII – Aquisição de sistemas para armazenamento, captação e distribuição de água, destinados à produção agropecuária e ao consumo; e



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74

VIII – A construção, implantação ou aquisição de biodigestores e sistemas de compostagem, bem como a aquisição de insumos e adubos destinados à melhoria da produção agropecuária e à promoção da sustentabilidade ambiental.

Art. 10. A Secretaria Municipal da Fazenda manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do Fundo, obedecido ao previsto na Lei Federal nº 4.320/64, fazendo, também, a tomada de contas dos recursos aplicados.

§1º O Departamento de Contabilidade Municipal apresentará ao Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar, os balancetes que demonstrem o movimento do Fundo, bem como prestará esclarecimentos sempre que solicitados.

§2º O Conselho Gestor do fundo apresentará, após aprovados, os relatórios ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

Art. 11. Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, no Município de Diamantino/MT.

Art. 12. Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo serão incorporados ao patrimônio municipal, registrando-se a fonte de aquisição.

§1º O serviço de patrimônio municipal apresentará, sempre que solicitado e, obrigatoriamente, ao final de cada exercício, a relação dos bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo ou que lhe venham a ser doados.

§2º Os materiais adquiridos pelo Fundo serão controlados e administrados pelo setor de patrimônio municipal e movimentados mediante solicitação formal do Conselho Gestor, observadas as normas administrativas vigentes.

Art. 13. Após a promulgação da Lei do Orçamento, o Departamento de Contabilidade Municipal apresentará ao Conselho o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, destinados a proporcionar o apoio e o incentivo aos programas de atividade previstos nesta Lei.

Art. 14. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura orçamentária.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 31 de outubro de 2025.

FRANCISCO FERREIRA MENDES
Assinado de forma digital por
FRANCISCO FERREIRA MENDES
JUNIOR:39787435153
Dados: 2025.11.03 08:19:54 -04'00'

Francisco Ferreira Mendes Júnior

Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74

MENSAGEM AO PROJETO LEI Nº 54/2025.

-URGENTE-

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as).

Com saudações cordiais, encaminhamos o Projeto de Lei que cria o Conselho Gestor e o Fundo Municipal da Agricultura Familiar – FMAF, no âmbito do Município de Diamantino/MT, instrumento essencial para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e ao apoio direto aos agricultores familiares.

A proposta tem por objetivo instituir um mecanismo permanente de gestão participativa e transparente dos recursos destinados à agricultura familiar, promovendo a integração entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, de forma a assegurar o uso racional e eficiente dos recursos públicos. O Conselho Gestor atuará como órgão colegiado, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo, acompanhando a execução das ações financiadas e garantindo a devida prestação de contas.

O Fundo Municipal da Agricultura Familiar – FMAF, por sua vez, destina-se a viabilizar a execução de programas, projetos e atividades que fomentem a produção agropecuária, a agroindústria artesanal e o fortalecimento das cadeias produtivas locais, com especial atenção aos mini e pequenos produtores rurais. Sua constituição permitirá maior autonomia financeira à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município e melhor articulação com políticas estaduais e federais de apoio ao setor.

A criação do Conselho e do Fundo representa um avanço na institucionalização da política municipal de agricultura familiar, promovendo transparência, controle social e sustentabilidade econômica e ambiental, pilares indispensáveis para o desenvolvimento equilibrado do meio rural diamantinense.

Esperamos contar com o apoio e a análise criteriosa de todos os vereadores e vereadoras para a aprovação deste projeto, que certamente trará benefícios significativos para a população rural de Diamantino.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74

Ao ensejo, renovamos aos membros dessa Casa os mais elevados votos de apreço e consideração.

Diamantino/MT, 31 de outubro de 2025.

FRANCISCO FERREIRA
MENDES
JUNIOR:39787435153

Assinado de forma digital por
FRANCISCO FERREIRA MENDES
JUNIOR:39787435153
Dados: 2025.11.03 08:26:54 -04'00'

Francisco Ferreira Mendes Júnior

Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

DESPACHO DO PRESIDENTE

Diamantino/MT, 03 de novembro de 2025

A Secretária Legislativa

A Comissão de Constituição e Justiça

O Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, autoriza a Secretaria Legislativa para inclusão - leitura no expediente da Sessão Plenária de 03 de novembro de 2025 - e após realizar **DESPACHO**, para **ANALISAR E EXARAR parecer** a Comissão de Constituição e Justiça.

PLE 54/2025 - Projeto de Lei Executivo

Ementa: Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - CGFMAF e do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - FMAF - de Diamantino/MT, e dá outras providências.

Apresentação: 3 de Novembro de 2025

Protocolo: 1331/2025, Data Protocolo: 03/11/2025 - Horário: 8:44:48

Autor: Francisco Ferreira Mendes Junior - Prefeito Municipal


Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

DESPACHO DA COMISSÃO

Ilustríssima Senhora

Aline Simony Stella

Advogada

Eu, Eder Fraciscato Béia, Presidente da Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras, no uso das atribuições que me confere o Regimento Interno, após análise, identifica que Projeto está acompanhado com Relatório/Pareces favoráveis das Comissões: Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Orçamento. Mas para subsidiar o parecer desta douta Comissão requeremos que Vossa Senhoria proceda a análise e emissão de parecer da matéria legislativa, subscrita.

E ainda **autorizo** a Secretaria Legislativa, a tramitar o processo pelo sistema SAPL.

Assunto: EM CARATER DE URGÊNCIA

Projeto de Lei nº 054/2025

Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - CGFMAF e do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - FMAF - de Diamantino/MT, e dá outras providências. Autoria: Francisco Ferreira Mendes Junior – Prefeito Municipal

Diamantino/MT, 17 de novembro de 2025



Edes Fraciscato Béia – Vereadora/Pode

Presidente Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

Comissões Permanentes

OF. Nº 021/2025/CP

Diamantino 17 de novembro de 2025

Excelentíssimo Senhor

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara

Excelentíssimo Senhor

Augusto Borges Casetta Ferreira

Vice-Presidente da CUOSPT

Excelentíssimo Senhor

Diocelio Antunes Pruciano

Membro da CUOSPT

Assunto: Designa Relator da Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras

Prezado Senhores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras, designo para conduzir a Relatoria no **Projeto de Lei Executivo nº 054/2025**, o Excelentíssimo Senhor Augusto Borges Casetta Ferreira, Vice-Presidente desta Comissão

Sendo que todos os projetos que aportar nesta Comissão, o relator ficará responsável para agendar as reuniões desta Comissão com prazo mínimo de antecedência de 24 (vinte e quatro) horas e relatar todos os projetos deste período.


Atenciosamente,


Edes Franciscato Béia – Vereador/PODE

Presidente da Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>24/11</u> /2025	
Data: <u>24/11</u> /2025	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		

RELATÓRIO

Projeto de Lei Executivo nº 54/2025 Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - CGFMAF e do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - FMAF - de Diamantino/MT, e dá outras providências.

Autoria **Francisco Ferreira Mendes Júnior – Prefeito Municipal**

RELATÓRIO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Aportou a esta Comissão o Projeto de Lei Nº 054/2025 de autoria **Francisco Ferreira Mendes Júnior – Prefeito Municipal**, encaminhado à esta Comissão, em REGIME DE URGÊNCIA para análise quanto aos seus aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do Regimento Interno em seu artigo 69, inciso I, da competência da Comissão de Constituição e Justiça.

Na mensagem do Chefe do Poder Executivo o presente projeto de lei tem por objetivo instituir um mecanismo permanente de gestão participativa e transparente dos recursos destinados à agricultura familiar, promovendo a integração entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, de forma a assegurar o uso racional e eficiente dos recursos públicos.

O **Conselho Gestor** atuará como órgão colegiado, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo, acompanhando a execução das ações financiadas e garantindo a devida prestação de contas.

O **Fundo Municipal da Agricultura Familiar - FMAF**, por sua vez, destina-se a viabilizar a execução de programas, projetos e atividades que fomentem a produção agropecuária, a agroindústria artesanal e o fortalecimento das cadeias produtivas locais, com especial atenção ao mini e pequenos produtores rurais.

Sua constituição permitirá maior autonomia financeira à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município e melhor articulação com políticas estaduais e federais de apoio ao setor.

A criação do **Conselho e do Fundo** representa um avanço na institucionalização da política municipal de agricultura familiar, promovendo transparência, controle social, sustentabilidade econômica e ambiental, pilares indispensáveis para o desenvolvimento equilibrado do meio rural diamantinense.

2. DA ANÁLISE

O projeto está em consonância com os princípios constitucionais e a Lei Orgânica do Município.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

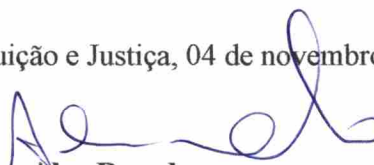
A criação de fundos e conselhos é um instrumento legítimo de gestão democrática e transparente dos recursos públicos, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento social e econômico local.

A proposição atende, formalmente, às normas de técnica legislativa aplicáveis. A ementa é clara e o corpo do projeto é estruturado em artigos que dispõem sobre a finalidade, composição, competências e gestão do Fundo e do Conselho.

3. VOTO

Pelo supra exposto, este Relator é de **Parecer Favorável** à aprovação, segue para discussão e votação em Sessão Plenária

Comissão de Constituição e Justiça, 04 de novembro de 2025.


Ver. Alex Rupolo
Relator

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA RELATOR

Assunto: Projeto de Lei Executivo nº 54/2025 Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - CGFMAF e do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - FMAF - de Diamantino/MT, e dá outras providências.

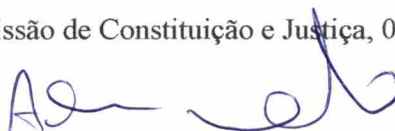
Autoria **Francisco Ferreira Mendes Júnior – Prefeito Municipal**


RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA RELATOR

PARECER N.º 091/2025 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Relatório apresentado pelo Relator, opinando unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei.

Comissão de Constituição e Justiça, 04 de novembro de 2025.


Ver. Alex Rupolo
Relator/Membro


Ver. Augusto Borges Casetta
Vice-Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

DECISÃO PLENÁRIA: <u>24 / 11</u> /2025 <input checked="" type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REPROVADO
Secretário: <u>[Assinatura]</u>
<u>COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO</u>

Projeto de Lei Executivo nº 54/2025 Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - CGFMAF e do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - FMAF - de Diamantino/MT, e dá outras providências.

Autoria **Francisco Ferreira Mendes Júnior – Prefeito Municipal**

Relatório:

O artigo 69, Inciso II, do Regimento Interno confere à Comissão de Finanças e Orçamento a competência para relatar sobre os aspectos orçamentários e financeiros.

Da análise:

A proposição é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que implicam em organização e gestão da administração pública, cria o Conselho e o Fundo Municipal de Agricultura Familiar; passou no clivo da douta Comissão de Constituição e Justiça, emitindo Parecer Favorável.

Destaca-se que o Conselho Gestor se comporá de 03 (três) membros designados pelo Prefeito Municipal; os seus membros serão eleitos entre si com mandato de 02 (dois) anos, com possibilitada recondução, por igual período, e ainda, o exercício do mandato será gratuito e considerado como prestação de relevante serviço público ao Município.

Vale ressaltar que o Conselho elaborará no prazo de 60 (sessenta) dias o seu Regimento Interno, submetendo ao Chefe do Poder Executivo, para homologação mediante Decreto.

Coube ao Departamento de Contabilidade, após a promulgação da Lei Orçamentária, apresentar ao Conselho o quadro de aplicação dos recursos do fundo, para que o Conselho Gestor possa gerir as atividades, ações, programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural sustentável do Município.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

A redação da proposição é adequada e este Relator emite parecer favorável, alinhando-se com a Comissão de Constituição e Justiça, para que prossiga na tramitação, discussão e votação em Plenário.

É o Relatório.

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR.

PARECER Nº 041/2025

Os membros comungam com o Relatório apresentado e manifesta pela aprovação, discussão e votação em Plenário.

Comissão de Finanças e Orçamento, 13 de novembro de 2025.

Relator/Presidente: **Edson da Silva - Vereador/MDB**

Vice Presidente: **Eraldes Catarino de Campos - Vereador/PSD**

Membro: **Gonçalina da Costa Souza - Vereadora/PSD**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

DECISÃO PLENÁRIA: 24 / 31 /2025 ☒ APROVADO ☐ REPROVADO

Secretário: _____

COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TERRAS

RELATÓRIO

Projeto de Lei Executivo nº 54/2025 Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - CGFMAF e do Fundo Municipal da Agricultura Familiar - FMAF - de Diamantino/MT, e dá outras providências.

Autoria **Francisco Ferreira Mendes Júnior – Prefeito Municipal**

A competência da Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras, preceitua no Regimento Interno em seu artigo 69, inciso III; em opinar sobre todas as proposições pertinentes a ela conferidas.

A matéria em pauta veio acompanhada de **Parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Orçamento**, coube a esta Comissão a analisar viabilidade, transparência, eficácia e alinhamento com as políticas públicas existentes. O projeto se baseia em legislações federais, como a Lei nº 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar) e normas de direito financeiro Lei Federal nº 4.320/1964, para garantir a conformidade jurídica e a correta aplicação dos recursos; e poderá consultar em casos de necessidade o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O Poder Executivo regulamentará a Lei, no que couber no prazo de noventa dias, contados de sua publicação, nesta toada o Conselho Gestor tem sessenta dias para elaborar o Regimento Interno, contados da sua instalação e apresenta-lo ao Chefe do Poder Executivo, para homologação mediante Decreto.

Este Relator se **manifesta favorável** por considerá-las viáveis e relevantes para otimizar a aplicação de recursos e garantir que as políticas públicas atendam às necessidades reais do setor e recomenda sua aprovação para fortalecer o setor agrícola local. Diante do exposto segue para à discussão e votação em Sessão Plenária.

É o relatório.

PARECER Nº 017/2025

Os membros aprovam o Relatório apresentado, opinando de forma unânime pela legalidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, manifestamos pela à aprovação da proposição.

Comissão de Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Terras, 19 de novembro de 2025.

Relator /Vice-Presidente: **Augusto Borges Casetta Ferreira - Vereador/MDB**

Presidente: **Edes Franciscato Béia - Vereador/PODE**

Membro: **Diocelino Antunes Pruciano - Vereador/União**